



**Associação dos Advogados de Macau**

**澳門律師公會**

**Associação dos Advogados de Macau**

**EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE ESTÁGIO  
DE 2021**

**Prova Escrita**

18 de Dezembro de 2021



## **Direito Penal e Direito Processual Penal**

### **5 valores**

Certo dia, **António** levou o seu filho **Bento**, de 8 anos, ao parque infantil. De repente, este último é abalroado, sem querer, por **Chan**, também de 8 anos. **Bento** correu para o seu pai que, muito indignado, exigiu a **Chan** que o levasse até ao adulto que o acompanhava. **Chan** estava acompanhado pela sua tia, **Doris**, que tinha ido colocar moedas no parquímetro. Mal **António** chegou junto a **Doris**, começou a pedir justificações pelo comportamento de **Chan**. **António** estava tão irritado que empurrou **Doris** violentamente, por várias vezes consecutivas. **Doris** tropeçou e caiu no meio da estrada, tendo sido atropelada por **Lam**, condutor de um autocarro. **Doris** teve morte imediata. **Leong**, cônjuge de **Doris**, ficou inconsolável com o ocorrido.

**Francisco**, que se encontrava dentro do seu veículo automóvel, gravou tudo com a câmara instalada no seu veículo (vulgarmente conhecida por *car cam*) e, posteriormente, entregou a gravação contendo imagens e sons à polícia.

**Responda às seguintes questões:**

- 1. Que requisitos devem estar preenchidos para que António possa ser responsabilizado pelo crime de ofensa à integridade física agravada pelo resultado?**
- 2. Haveria alguma possibilidade de António ser responsabilizado pelo crime p. e p. pelo artigo 140.º do Código Penal?**
- 3. É lícita utilização em processo penal das imagens obtidas por Francisco? Ou, pelo contrário, pode Francisco ser responsabilizado pelo crime de gravações e fotografias ilícitas?**
- 4. Quem tem legitimidade para requerer a sua constituição como assistente?**
- 5. Imagine que António é detido em flagrante delito. Poderá ser julgado em processo sumário?**

**Civil e Processo Civil**  
(+valores)

António comprou um apartamento em Macau ao seu filho Bernardo por ter entrado na Universidade na Inglaterra. Bernardo registou o apartamento em seu nome antes de viajar.

Como Bernardo estaria fora a estudar arrendou o apartamento a Charles, professor no colégio inglês de Macau.

O contrato foi celebrado com uma renda mensal de 1.000 libras, depositada na conta bancária de Bernardo no BNU e assinado por António e Charles. Teve início em 1 de Janeiro de 2019.

Em Fevereiro de 2021, Charles deixou de depositar a renda, mas continuou a viver no apartamento.

António e Bernardo ficaram muito chateados e querem recuperar o apartamento.

**Quid Juris?**

## Direito Comercial

(5 valores)

Cinco sócios propuseram constituir uma sociedade por quotas M na Região Administrativa Especial de Macau, com o capital de HKD 10.000.000,00. O sócio A é uma sociedade por quotas constituída em Hong Kong, ocupando 70% do capital social, e os restantes quatro sócios B, C, D e E são sociedades por quotas constituídas em Macau, ocupando cada uma 7,5% do capital social.

A sociedade conta com Assembleia Geral de Accionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e secretário.

O Conselho de Administração é composto por 7 administradores, entre os quais, a sociedade A designou 3 pessoas singulares O, P, Q, e outros quatro são as sociedades B, C, D e E.

O Conselho Fiscal é composto por 3 fiscais, sendo assumidos respectivamente por X, designado pela sociedade A, e por contabilista Y e você a serem contratados pela sociedade M. Ao mesmo tempo, a sociedade M também quer contratar você como seu secretário.

No início da constituição, a sociedade pretende utilizar a sede social de um dos sócios como sede da sociedade M, e após a constituição, mudar a sede para uma loja arrendada na Dynasty Plaza onde se desenvolvem as actividades.

Afinal a sociedade M foi constituída como uma sociedade anónima. Após a constituição, a sociedade M pretende pedir empréstimo ao banco N como fundos de operação. O banco N exigiu que o sócio da sociedade A e o seu cônjuge (ou seja, O e P) constituíssem a favor ao banco a hipoteca dum imóvel deles em Macau, para efeito de garantia. A sociedade realizou uma reunião da assembleia geral dos accionistas, na

qual foi feita a deliberação que foi apresentada ao banco N.

1. Agora os sócios pretendem constituir você como advogado representante deles para tratar das formalidades de a constituição.
  - 1) Em relação ao assunto encarregado, que proposta ou conselho dará ao cliente? (2 valores)
  - 2) Se o objetivo desta sociedade se tratar de investimentos em títulos, que conselho dará? (0,5 valor)
2. Se for o assessor jurídico do banco, este apresentou a você a deliberação relativa ao empréstimo, aprovada pela Assembleia Geral de Accionistas da sociedade M, e pediu suas opiniões sobre este empréstimo. (1 valor)
3. A sociedade M quer realizar uma assembleia geral, para deliberar e aprovar os seguintes: 1) mudar a sede da sociedade para a loja na Dynasty Plaza; 2) renovar o mandato dos actuais membros do Conselho de Administração cujo mandato se expira.
  - 1) No entanto, por causa da pandemia, os representante dos sócios estão em Hong Kong e não é possível nomear qualquer representante para efeito de realização da assembleia geral. Se não puder realizar-se a assembleia geral, que conselho é que dará? (1 valor)
  - 2) Se a sociedade insistir na respectiva realização, o que se pode fazer? (0,5 valor)

Lei Básica  
(1,5 valores)

1. O artigo 19.º da Lei Básica de Macau dispõe que os tribunais da Região Administrativa Especial de Macau não têm jurisdição sobre actos do Estado, tais como os relativos à defesa nacional e às relações externas. Fala sobre a sua competência de actos do Estado. (0,75 valor)
2. O artigo 7.º da Lei Básica de Macau dispõe que a Região Administrativa Especial de Macau reconhece os terrenos que sejam reconhecidos, de acordo com a lei, como propriedade privada, antes do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau. A pediu ao tribunal para reconhecer um terreno como propriedade privada dele através de acção instaurada antes do retorno de Macau, mas não obteve uma decisão definitiva até ao estabelecimento da Região Especial. A sua pretensão pode ser sustentada por tribunal da RAEM? (0,75 valor)

## Direito Administrativo

### 1.ª Parte:

Duas sociedades comerciais (X, S.A. e Y, S.A.) apresentaram candidatura conjunta a um determinado concurso público para execução de uma empreitada.

Tal proposta era única e indivisível.

Acontece, porém, que o Sr. Chefe do Executivo autorizou a adjudicação dessa empreitada a Z, S.A., outra sociedade comercial candidata.

A X, S.A. e a Y, S.A. interpuseram recurso contencioso do referido despacho de adjudicação.

Na pendência do recurso contencioso, a Y, S.A. desistiu da instância.

Indicando a(s) norma(s) aplicável(eis), responda ao seguinte:

1. A Y, S.A. podia desistir da instância? (0.5v.)
2. Admitindo que a desistência era possível, como ficará a posição da X, S.A. no recurso? (0.5v.)

### 2.ª Parte:

A Z, S.A. assinou um contrato administrativo com a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

Passados alguns meses, a Z, S.A. invocou incumprimento contratual por parte da RAEM com fundamento na prática, pelo Sr. Secretário para as Obras Públicas, de actos administrativos nulos relativos à formação e execução do contrato celebrado.

Indicando a(s) norma(s) aplicável(eis), responda ao seguinte:

3. Que acções/recursos intentaria? (0.5v.)
4. Quais seriam os tribunais competentes? (0.5v.)
5. Os pedidos, nas acções/ recursos que identificou, podiam ser cumulados? (1v.)
6. A título de contestação, a RAEM limitou-se a requerer "Faça-se Justiça!". *Quid iuris?* (0.5v.)

Total: 3.5 valores